

DESIGUALDADES RACIAIS ENTRE EMPREGADORES NO BRASIL

Neville Julio de Vilasboas e Santos

Doutorando em Sociologia / UFG, Professor de Ciências Sociais / IFG

RESUMO

A presente comunicação apresenta a discussão teórica preliminar e os fundamentos metodológicos de minha pesquisa de doutorado, em curso, sobre as desigualdades raciais entre empregadores no Brasil. O combate às hierarquias sociais passa pelo conhecimento das relações de trabalho, da estrutura de estratificação social e suas ligações com atributos individuais, adquiridos ou adscritos, que são potenciais indicadores de condições de vida e acesso a bens materiais e simbólicos. O objetivo deste trabalho é analisar as características de empregadores e empregadoras, segundo sua pertença a grupos de raça/cor, bem como de seus empreendimentos, na intenção de compreender as diferenças de inserção em posições ocupacionais de comando. Essa perspectiva se justifica pela escassez de estudos sobre empregadores(as), face aos numerosos estudos sobre os(as) trabalhadores(as) na posição de empregados(as). As questões colocadas serão respondidas por meio de pesquisa bibliográfica e análises empíricas quantitativas com base dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Palavras-chave: desigualdade, raça, empregadores.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem o objetivo de sistematizar o referencial teórico e as primeiras aproximações descritivas que fundamentam a pesquisa sobre as desigualdades entre empregadores negros e brancos no Brasil, empreitada que venho desenvolvendo enquanto aluno do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG.

Este estudo se justifica por ser uma tarefa que permite atualizar o conhecimento a respeito das relações entre diferentes grupos de cor no Brasil e dos impactos que sua inserção ocupacional acarreta nas suas condições de vida e no acesso a oportunidades e recompensas sociais. Este tem sido um tema muito caro às ciências sociais brasileiras desde o final do século XIX, e é de fundamental importância o seu aprofundamento e a compreensão de suas novas dimensões e implicações no século atual. Nesse sentido, esta pesquisa visa prestar uma contribuição aos estudos das desigualdades raciais na contemporaneidade.

Esta investigação visa também contribuir para a consolidação da linha de pesquisa “Trabalho, Emprego e Sindicatos”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, na medida em que coloca em pauta um tema ainda pouco desenvolvido pelos estudiosos do trabalho: as desigualdades raciais ligadas à inserção ocupacional como empregadores(as). No campo de estudos sobre desigualdades raciais, há

muito se considera a desigualdade na esfera laboral – juntamente com a desigualdade racial no âmbito da educação – como um dos principais eixos de exclusão e subjugação de parcela importante da população negra brasileira. Contudo, a maioria dos estudiosos negligencia as mudanças na esfera da produção, distribuição e consumo, sobretudo as mais recentes, que, por hipótese, interferem na inserção ocupacional de negros e brancos, ou seja, naquilo a que chamamos de divisão racial do trabalho. Considerando que a divisão do trabalho, na sua complexidade, compreende algo além da separação entre quem emprega e quem é empregado, esta pesquisa tem o intuito de deslindar possíveis padrões de divisão ocupacional entre aqueles que desempenham o papel de empregador.

Neste sentido, a pesquisa ora apresentada tem sua importância justificada também por construir conhecimentos atualizados que podem servir como subsídio para a formulação de políticas voltadas à promoção da igualdade racial. Conforme Lima (2010) demonstrou, as políticas afirmativas implementadas nos últimos dez anos pelo Estado podem ser compreendidas a partir de três eixos: políticas de repressão – através da criminalização da discriminação racial -, políticas de reconhecimento – como a criação de órgãos estatais destinados à pesquisa e reflexão acerca das desigualdades raciais e à promoção das mais diversas expressões da cultura afro-brasileira – e políticas de redistribuição – que visam promover maior acesso da população negra à bens econômicos e serviços públicos. Meu objetivo nesta investigação é contribuir para o terceiro eixo, o da redistribuição.

A compreensão adequada dos determinantes da distribuição desigual de empregadores negros e brancos na estrutura sócio-ocupacional pode contribuir para apontar o caminho a ser seguido por políticas que visem diminuir as desigualdades raciais do ponto de vista socioeconômico. Estudar os empregadores justifica-se, portanto, por duas razões: porque eles ocupam posições privilegiadas do ponto de vista do político e empresarial e suas ações afetam muitas pessoas; e porque os empregadores detêm boa parte da riqueza do país. Assim, conciliam poder político e econômico. Contudo, a distribuição racial nesse estrato da população é desigual, bem como é desigual a renda que negros e brancos auferem nessa posição.

A maioria das pesquisas que problematizam a construção das desigualdades raciais brasileiras a partir do mercado de trabalho se debruça sobre o entendimento do lugar que ocupam os empregados negros e brancos. É incipiente, no Brasil, a preocupação em investigar como a desigualdade se constitui entre os mais ricos. Compreender a parte de cima da pirâmide social é fundamental, pois ajuda a desnudar os mecanismos de poder que geram

desigualdades internas entre as diferentes frações da elite, bem como as desigualdades entre as elites e a massa situada na base da pirâmide social.

Em um trabalho original, Medeiros (2003) busca compreender os fatores que determinam que algumas famílias sejam ricas e outras não. Sua justificativa passa justamente pela importância em compreender o papel que os ricos desempenham na perpetuação das desigualdades e nas políticas de Estado que, mesmo indiretamente, beneficiam os ricos. Os empregadores, nesse sentido, se encontram no polo privilegiado do binômio capital-trabalho e têm maior probabilidade de pertencer às classes mais abastadas da sociedade. Entretanto, observando uma simples distribuição de frequência dos empregadores brasileiros por raça, é possível perceber que a proporção de empregadores negros e brancos se distancia muito da proporção de negros e brancos na população brasileira. Assim como entre os empregados, os negros aparecem como empregadores preponderantemente em setores menos privilegiados da economia, em ocupações com alto índice de informalidade, em empreendimentos que geralmente empregam poucos trabalhadores e cuja estabilidade é menor. Sem falar da renda, que apresenta diferenciais médios muito acentuados.

Algumas das questões que se colocam são: o que determina a desigualdade entre brancos e negros que ocupam a posição de empregador no Brasil? A desigualdade racial entre empregadores obedece à mesma dinâmica da desigualdade racial entre os empregados? Qual é o peso da discriminação racial na conformação desse quadro desigual, vis-à-vis outros fatores intervenientes?

Algumas hipóteses serão exploradas ao longo desse estudo:

- a) Considerando o entendimento derivado da teoria do capital humano, o investimento na escolarização é o principal caminho que conduz aos postos de trabalho situados no alto da pirâmide ocupacional. Portanto, alcançar a posição de empregador sugere o incremento da escolaridade. Se o acesso a escolarização é um dos fatores determinantes da desigualdade racial entre os empregados, não terá, portanto, o mesmo peso entre os empregadores e, por consequência, a desigualdade racial entre empregadores será menor.
- b) As pesquisas mais recentes demonstram que a experiência de discriminação racial é mais forte entre os ricos do que entre os pobres. Quanto mais rico, maior a probabilidade de o empregador negro acessar posições e ambientes tradicionalmente brancos e, conseqüentemente, maiores as chances de sofrer discriminação racial. A desigualdade entre os empregadores, portanto, tenderia a estar mais relacionada à

discriminação racial do que a discriminação em função da classe social, o que faria com que o fenômeno fosse mais facilmente mensurado.

- c) Complementando a hipótese anterior, os demais fatores apresentados pela literatura como fatores intervenientes na conformação das desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos – diferenças de qualificação, diferenças de inserções no mercado de trabalho, experiência – com exceção do sexo, teriam influência relativamente menor do que a discriminação racial.
- d) No caso da inserção diferencial de negros e brancos como empregadores, a desigualdade vincularia um (pequeno) diferencial educacional, um diferencial de origem social – já que a pouca literatura sobre os empregadores negros aponta o fato destes serem predominantemente filhos de trabalhadores que desempenhavam ocupações manuais – e a discriminação racial. Mais do que disparidades entre os diplomas, interferiria nesse processo o racismo institucional embutido na aquisição educacional.
- e) Parte considerável da desigualdade provém do fato de que empregadores negros herdaram com menos frequência um *ethos* empreendedor de seus pais, que foram predominantemente trabalhadores manuais. Isto dificulta o desenvolvimento dos empreendimentos dos negros, ao contrário dos brancos, que se beneficiam dessa herança histórica, o que caracteriza um movimento de mobilidade social diferenciado para brancos e negros. Essa hipótese, no entanto, não pode ser mensurada quantitativamente. Para compreender esse aspecto deve-se lançar mão de literatura secundária.

Cabe explicitar o que se entende por “raça” e “cor”, dois conceitos recorrentes nesta pesquisa. Segundo a definição de Guimarães (2003), “raça” consiste numa classificação de pessoas com características físicas diferentes, orientada por um discurso sobre qualidades e atitudes que seriam essenciais e remontariam a uma origem ancestral comum de uma das “subespécies humanas”, que seria transmitida por sangue. Como “raça” não é um conceito nativo no Brasil, como é nos EUA, utilizaremos com frequência também a categoria “cor” a indagar as pessoas sobre sua autoclassificação. A cor, no entanto, é uma categoria racial, pois remete à ideia de raça que orienta essa classificação. “Raça”, portanto, é um conceito sociológico que não existe empiricamente, mas orienta e ordena o discurso sobre a vida social. No caso brasileiro, como demonstrou Nogueira (1998), predomina o preconceito de “marca”, calcado nas características físicas visíveis, diferentes do preconceito de “origem”,

fundado em critérios biológicos baseados na descendência, como vale para o caso norte-americano.

Na década de 1970 novas pesquisas a respeito da questão racial foram desenvolvidas com a preocupação de rever as teses que subordinavam a relações raciais às relações entre as classes, até então predominantes. O trabalho de Hasenbalg (2005) foi o principal deles. Tentou esclarecer os mecanismos societários contemporâneos que produzem as desigualdades raciais. Recusa a ênfase dada ao peso da herança escravocrata, afirmando que a discriminação e o preconceito racial se atualizam na sociedade pós-Abolição, relacionando-se com a manutenção dos privilégios e recompensas materiais e simbólicas por parte dos brancos. Em um ambiente capitalista competitivo, esses mecanismos assumem o papel de consolidar as hierarquias entre negros e brancos no mercado de trabalho.

OS DADOS E O MÉTODO

A investigação empírica será levada a cabo utilizando uma abordagem quantitativa. Entretanto, antes disso, tem sido desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto. De acordo com Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica vai além da revisão ou levantamento bibliográfico. Enquanto este constitui apenas uma etapa inicial e necessária a toda e qualquer pesquisa, a primeira implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções ou respostas, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa qualitativa que, como toda pesquisa, implica uma atividade de aproximações sucessivas da realidade. Os objetos de estudo, nessa ótica, têm especificidades: tem caráter histórico, apresentam uma identidade com o sujeito e tem nítidos elementos ideológicos. Esta etapa qualitativa tem como objetivo oferecer uma compreensão mais profunda dos temas abordados, estabelecendo a conexão de significados com a realidade do contexto social pesquisado.

A pesquisa bibliográfica tem a intenção de proporcionar elementos para uma reconstrução metodológica, cumprindo integralmente o objetivo de apreender as mudanças que afetam o mundo do trabalho nos últimos anos, especialmente o setor de serviços, com atenção aos aspectos ligados às desigualdades construídas na esfera do trabalho. Além disso, essa etapa permitirá também cumprir parcialmente os objetivos de contribuir para a compreensão da estrutura sócio-ocupacional brasileira e daquilo que ela revela a respeito das desigualdades raciais nos últimos anos. Além de corroborar a construção do referencial teórico, a pesquisa bibliográfica dará acesso a um conjunto rico de dados qualitativos

coligidos a partir de fontes secundárias, que serão muito úteis no exame comparado com os dados que constituem as bases oficiais a serem exploradas.

A análise da estrutura sócio-ocupacional brasileira, que consiste no ordenamento teórico das ocupações em categorias segundo elementos tais como a riqueza, o prestígio e o poder, refletidos na posição do indivíduo na ocupação, auferidos pelo nível de remuneração, pela escolaridade exigida, pelo valor social atribuído à atividade, pelas condições de trabalho, pelo tempo livre, etc, será mais uma tarefa que comporá a dimensão qualitativa da análise. A categorização de estratos ocupacionais é feita a partir da classificação brasileira de ocupações (CBO), utilizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Ao cruzar a estrutura sócio-ocupacional com as características raciais da população é possível descrever como as pessoas de diferentes grupos de cor se distribuem no mercado de trabalho. Os cruzamentos da variável “cor” com outras variáveis pertinentes (como o sexo, a idade, a escolaridade, a origem regional) permitirão a análise de correlações estatísticas importantes para a interpretação sociológica.

A investigação diz respeito ao Brasil e se assentará na exploração dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa se caracteriza pela definição de um plano amostral complexo e, por isso, serão empregados procedimentos específicos para evitar erros na estimação de parâmetros, com o auxílio dos softwares de análise estatística SPSS e, principalmente, STATA.

A etapa quantitativa, ao final da pesquisa, terá passado pelas seguintes etapas: 1) construção de hipóteses, baseadas nas teorias adotadas a partir da pesquisa bibliográfica, que serão verificadas empiricamente; 2) preparação e exploração inicial das bases de dados; 3) formulação de modelos matemáticos probabilísticos, com base nos postulados teóricos e hipóteses; 4) estimação dos parâmetros dos modelos de análise; 5) execução dos testes de hipótese; 6) análise e interpretação dos resultados face às teorias disponíveis.

Parte considerável das análises quantitativas realizadas em ciências sociais baseia-se na comparação e cruzamento entre variáveis categóricas tais como sexo, cor da pele, grupos de escolaridade e idade, adesão política, grupos ocupacionais, estados maritais e classes sociais, além de variáveis contínuas, como a renda. No caso específico deste trabalho, que tem como variável principal a cor (como proxy da “raça”), a variável assume apenas dois valores: negro (soma de pretos e pardos) e branco. Na análise da desigualdade de renda entre os empregadores, será empregado o modelo Oaxaca-Blinder, um modelo de regressão quantílica cuja principal característica é a capacidade de determinação do peso da discriminação racial

sobre a desigualdade de renda, em meio à influência de outras variáveis, como sexo, escolaridade e idade. Esse modelo tem sido consistentemente usado por pesquisadores brasileiros (SOARES, 2000; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004; GUIMARÃES, 2006) para compreender os determinantes da desigualdade racial na formação dos salários.

Algumas especificações ainda estão por ser feitas, mas o modelo geral é formado pela variável dependente, que é uma variável *dummy* referente à cor do trabalhador, e as variáveis independentes, que consideram três grupos: 1) características pessoais, 2) características do mercado de trabalho e 3) características regionais. De modo que o modelo expressa uma relação *log-linear* entre a variável dependente e as variáveis independentes, acrescidas de um erro.

$$Y = Xb + E$$

Onde X representa as variáveis explicativas, B os parâmetros e E o erro. Teremos rendimentos diferentes para negros e brancos se o parâmetro for diferente de 0.

ASPECTOS TEÓRICOS

A desigualdade de inserção no mercado de trabalho entre negros e brancos está relacionada à desigualdade de origem social e de oportunidades de acesso à educação formal. No mercado de trabalho, mais especificamente, os negros são discriminados com base em critérios que envolvem competência, habilidade, escolaridade formal, aparência, todos eles vinculados ideologicamente à cor. Essa discriminação limita a capacidade de ascensão social e cria guetos ocupacionais negros em torno das ocupações subalternas (ABRAMO, 2010; HASENBALG, 2005; HASENBALG E SILVA, 2003; HASENBALG, SILVA E LIMA, 1999; BENTO, 1992); Lima (2001) ressalta que, no ambiente de trabalho, a discriminação se revela pela incompatibilidade entre a formação do trabalhador negro e a sua posição na ocupação, por piadas e brincadeiras racistas que reproduzem estereótipos e estigmas raciais, pela autodepreciação de alguns trabalhadores negros que terminam por se considerar incapazes de ocupar determinadas posições. Os diferentes padrões de participação de negros e brancos no mercado de trabalho relacionam-se com uma valorização muito desigual do trabalho de cada um, que reflete no *status* e nas oportunidades que são conferidas de forma desigual aos diferentes grupos de cor. O mercado de trabalho é produtor e reproduzidor de desigualdades raciais duráveis (TILLY, 1998).

Para este autor, a família e o sistema escolar se interpõem entre as diferentes posições na estrutura de classes e as oportunidades padronizadas de mobilidade social ligadas a elas. Além dos efeitos de características tais como raça e sexo, a família e a educação ajudam a produzir e distribuir características – habilidades técnicas e cognitivas, traços de personalidade, modos de auto-apresentação e credenciais – que o mercado de trabalho converte em desigualdade de renda e hierarquias ocupacionais. Sob a ideologia da igualdade de oportunidades, representada por um sistema amplo de ensino, tal processo reproduz a divisão social do trabalho disfarçando o grau em que as posições de classe são transmitidas de geração em geração (HASENBALG E SILVA, 2003; CARNEIRO, 2011).

As desigualdades raciais ficam ainda mais evidentes quando abordamos a inserção de negros e brancos em determinadas ocupações, assumindo que o desempenho de uma ocupação constitui dimensão fundamental para compreendermos os lugares sociais ocupados pelos negros no mercado de trabalho, não só do ponto de vista das condições de trabalho, como também da estratificação social. Para Bourdieu (2007), a posição assumida na esfera do trabalho, ainda que não seja a única e não possa ser analisada em si mesma, é a variável central para compreender a desigualdade.

É esse o pressuposto dos estudos sobre estratificação e mobilidade social, que são também fundamentais na compreensão da relação entre trabalho e desigualdade. Tais abordagens se preocupam com a distribuição dos indivíduos em diferentes classes ou frações de classe, de acordo com sua inserção na estrutura ocupacional e suas características e propriedades, bem como com a evolução dessa distribuição no tempo. Na década de 1970, os estudos de Valle Silva (1973), Hasenbalg (1979) e Pastore (1979) deram início a importantes trabalhos sobre mobilidade social no Brasil, que influenciaram abordagens mais atuais.

Para Bourdieu (2007), a posição assumida na esfera do trabalho, ainda que não seja a única e não possa ser analisada em si mesma, é a variável central para compreender a desigualdade. Ela é definida também pela proporção do número de homens e mulheres, pela origem racial e étnica, pela escolaridade, pela nacionalidade, pela região de origem, pela idade, enfim, “por um conjunto de características auxiliares que, como exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de exclusão ou seleção sem nunca ser formalmente anunciados” (BOURDEU, 2007, p. 97). Dessa forma, “Inúmeros critérios oficiais servem de máscara para critérios dissimulados de modo que o fato de exigir determinado diploma pode ser uma forma de exigir, efetivamente, uma origem social” (BOURDEU, 2007, p.98).

A ocupação é central porque, além de definir a probabilidade de geração de renda, também se associa com o prestígio social e a influência política proporcionada pela posição

ocupacional. Em geral, as estruturas sócio-ocupacionais construídas pelos pesquisadores incorporam as distinções entre trabalho manual ou trabalho intelectual, trabalho urbano e trabalho rural, empregadores e empregados, posições de poder e posições de subalternidade, para melhor apreender a divisão do trabalho. A estrutura sócio-ocupacional, portanto, é entendida como um espaço de posições sociais, ocupadas por indivíduos dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias.

Entendo aqui o “preconceito racial” como um componente ideológico que deriva do racismo, funcionando como um pressuposto da existência de raças biológicas e de uma hierarquia entre elas, que pode ou não resultar em uma ação negativa concreta contra um indivíduo de um grupo de cor diferente. “Discriminação racial”, por sua vez, é empregada aqui tanto como essa ação ou comportamento direto e explícito de inferiorização e negação da liberdade, do direito e, em última análise, da humanidade do outro. Mas também é empregada no sentido de preterição, ou, melhor dizendo, de discriminação velada, que utiliza por vezes o próprio silêncio ou outra estratégia sutil para impedir, negar ou dificultar o acesso do outro a determinados bens materiais ou simbólicos.

Por fim, sigo a tradição de pesquisa sobre desigualdades raciais ao utilizar o termo “negro” para designar os indivíduos que se autoclassificam como pretos e pardos nas pesquisas do IBGE. Alguns autores utilizam, alternativamente, branco e não branco no mesmo sentido, ou seja, tomando como não branco os pretos e pardos. Os que se autoclassificam como amarelos e indígenas frequentemente ficam de fora das pesquisas quantitativas, pois se apresentam em número estatisticamente pouco significativo. Raros são os pesquisadores que os levam em conta nas análises, e quando levam, tendem a vincular os amarelos ao grupo dos brancos e os indígenas ao grupo dos negros, dada a proximidade em termos de condições de vida. O emprego dos termos utilizados nas pesquisas governamentais, apesar de serem alvo de constante debate, têm demonstrado consistência teórica suficiente (OSÓRIO, 2004) e por isso são empregados nessa investigação.

Raça, racismo e trabalho no Brasil

A relação entre raça e trabalho no Brasil constitui objeto complexo, que só pode ser compreendido no diálogo entre os estudos quantitativos sobre as desigualdades raciais na educação e no mercado de trabalho, a tradição sociológica de análise das relações raciais, os estudos qualitativos sobre ascensão social, identidades negras e trajetórias ocupacionais específicas, e os estudos mais recentes da sociologia e da história do trabalho, que revelam

mecanismos discriminatórios tanto em nível de estrutura social quanto no cotidiano das relações de trabalho.

De acordo com Lima (2001), a desigualdade racial no mercado de trabalho é um fato patente. Contudo, a amplitude dessa desigualdade deve sempre ser verificada empiricamente, já que a cor é definida na interação e modifica as condições da própria interação a partir de características contextuais que dizem respeito a *status*, renda e funções. A tese de Lima (2001) busca compreender como os mecanismos discriminatórios atuam, ao investigar se houve alguma mudança na estrutura ocupacional da década de 1990 que impactou na condição social da população negra.

Lima (2001) não busca investigar se há desigualdade racial no Brasil. Para ela, a literatura mostra evidências suficientes de que a desigualdade racial é uma das mais indelévels marcas da nossa estrutura social. Portanto, ela toma a desigualdade como ponto de partida, para investigar os mecanismos que permitem sua manutenção. Uma das questões que coloca é se houve alguma mudança na estrutura sócio-ocupacional na década de 1990 que gerou impacto na condição de inserção dos negros no mercado de trabalho brasileiro. Para isso lançou mão de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, demonstrando, do ponto de vista quantitativo, o tamanho das disparidades entre negros e brancos na inserção ocupacional. Do ponto de vista qualitativo, se interessou em analisar a percepção dos trabalhadores negros sobre a relação entre cor e trabalho. Em entrevistas, trabalhadores negros revelaram suas trajetórias ocupacionais, explicitando os obstáculos que encontraram pelo caminho. A autora defende a hipótese de que, além das desigualdades de oportunidades de inserção ocupacional que afetam os trabalhadores negros, os mecanismos discriminatórios são fortemente influenciados pela dimensão cultural e moral, por meio de estereótipos sobre a capacidade de desempenho e qualificação do trabalhador negro. Desse modo, trabalha a ideia de “lugar”. Ao longo da história do Brasil, o “lugar” dos negros foi a ponta precária do mundo do trabalho. Portanto, os estereótipos construídos reforçam o “lugar” dos trabalhadores negros no Brasil.

Algumas iniciativas estatais têm tomado corpo nos últimos vinte anos. Na década de 1990 o governo federal e a OIT deram início a discussões que visavam criar mecanismos de combate à discriminação racial no trabalho e passaram a pensar políticas afirmativas para a promoção de oportunidades para a população negra. A criminalização do racismo, ainda que com aplicabilidade limitada, dada a principal característica do racismo no Brasil ser a sua forma velada, foi outra iniciativa que veio atender uma demanda histórica do movimento negro brasileiro. Tal sutileza das manifestações de preconceito e discriminação social dificulta

o combate concreto do racismo. Há ainda o fato de que as mudanças derivadas do crescimento econômico aumentaram a média dos salários recebidos, aumentando assim, o número de pretos e pardos na classe média, já que somavam – e ainda somam – maioria entre os pobres.

Muito se tem dito que o Brasil vem experimentando mudanças, ligadas à dinamicidade da produção de riqueza e ao desenvolvimento econômico de maneira mais geral. Contudo, essas mudanças têm abrangência limitada pelos contextos onde elas ocorrem. O trabalho é um desses contextos no qual tentaremos perceber aberturas e restrições para mudanças dos padrões societários.

Pensar a constituição de desigualdades no mercado de trabalho implica lançar mão de diferentes pontos de vista teóricos e de diferentes estratégias metodológicas. São poucos, ainda, os estudos que buscam vincular a abordagem da sociologia do trabalho às abordagens dos estudos sobre desigualdades raciais. Creio que o alcance dos objetivos que esse trabalho se impôs passa necessariamente pela articulação entre três tradições teóricas de análise: a sociologia do trabalho, os estudos sobre relações raciais e os estudos de mobilidade e estratificação social. Ainda que não haja uma tradição de articulação entre esses três campos de estudo, não é difícil identificar que os três atribuem importância fundamental às relações sociais que são estabelecidas no âmbito do trabalho. Se, por um lado, a sociologia do trabalho nos oferece uma tradição de estudos que versam a respeito das relações entre indivíduos com atributos produtivos diferenciados, dando origem a grupos específicos, que variam com a dinâmica econômica e política, ligados a posições de poder a partir do lugar ocupado na estrutura do trabalho, por outro lado esses estudos não têm abordado satisfatoriamente o papel que atributos físicos e identitários, ligados a características étnicas e raciais, desempenham nas relações de produção de bens e serviços. Os estudos de relações raciais, por sua vez, que têm uma longa tradição e ocupam espaço privilegiado na história das ciências sociais brasileiras, dão conta da análise dos mecanismos que operam a partir das características adscritas dos indivíduos – como a cor. Contudo, não têm demonstrado interesse em aprofundar a compreensão de como as mudanças na esfera produtiva podem impactar nas relações entre indivíduos de grupos de cor diferentes. Por fim, os estudos sobre estratificação social, que têm lançado mão mais de estratégias quantitativas refinadas de análise do que de pesquisas qualitativas, têm demonstrado grande capacidade de vincular a influência de características raciais à influência de outras variáveis, como origem social, educação, renda, tempo de experiência no trabalho, para compreender a composição da estrutura ocupacional brasileira. Entretanto, esses estudos, talvez em função dos métodos adotados, têm

demonstrado pouca capacidade de apreender as dinâmicas e contradições da pertença racial e da sua relação com a estrutura das ocupações no mercado de trabalho.

Daí a importância e a urgência em se buscar uma abordagem integrada dos fenômenos cuja combinação dá origem às relações e hierarquias sociais entre diferentes grupos de cor no Brasil. De acordo com Lima (2001), a inserção dos negros no mercado de trabalho foi afetada pelo processo abolicionista, pelo desenvolvimento urbano e industrial, pela formação do setor público, pelos ciclos de crise econômica, pelo processo de reestruturação produtiva, de modo que as influências desse último sobre as desigualdades raciais ainda estão por ser pesquisadas (LIMA, 2001). E essa investigação não pode prescindir do interesse em desvendar as representações sobre os papéis sociais desenvolvidos no trabalho orientados pelos padrões culturais de sociabilidade. Se lembrarmos que a sociabilidade no trabalho é marcada pela hierarquia fundada na autoridade, as representações sobre o trabalho desenvolvido por negros e brancos estão diretamente ligadas às possibilidades de inserção ocupacional, em diferentes contextos. Sendo assim, torna-se fundamental compreender as representações sobre o negro produzidas no mercado de trabalho e identificar em quais situações essas representações podem restringir ou facilitar o acesso dos indivíduos a determinadas ocupações.

Raça ou classe: revisitando o debate

O debate em torno das influências de raça e de classe na desigualdade brasileira marcou as Ciências Sociais ao longo do século XX. Os Estudos sobre desigualdades raciais têm sido resenhados por diversos pesquisadores nos últimos anos (GUIMARÃES, 1999; LIMA, 2001; OSÓRIO, 2003, 2004; TELLES, 2003; AGUIAR, 2008; SANTOS, 2007; JACCOUD, 2008; RIBEIRO, 2009). A maioria deles percebem três abordagens da questão racial no Brasil, que se sucedem no tempo a partir de 1940: os estudos influenciados pela perspectiva da Escola de Chicago na Bahia nas décadas de 1940 e 1950; os estudos da chamada “escola de sociologia paulista”, liderados por Florestan Fernandes, nas décadas de 1950 e 1960; e os estudos quantitativos feitos por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva nas décadas de 1970 e 1980. Não pretendo aqui fazer uma resenha das obras de todos os autores que trabalharam a temática. Tal tarefa exigiria tempo e espaço enormes. Pretendo, revisar o debate e retomar as ideias principais de alguns dos autores daquilo que Hofbauer (2006) designa como “tradição basicamente sociológica” de estudos da questão racial. Essa tradição sociológica surge na década de 1940, quando a UNESCO patrocinou estudos sobre as

relações raciais no Brasil¹. O trabalho precursor dessa tradição foi o realizado por Donald Pierson na Bahia. O objetivo aqui é explicitar a maneira como os autores abordaram a vinculação entre raça e classe na reflexão acerca das desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Esse retorno aos principais autores do século XX será fundamental para compreender as abordagens de alguns dos principais pesquisadores que têm abordado a questão na atualidade.

Parte do debate atual foi motivado pela adoção de ações afirmativas no ensino superior, no início da década passada, que levantou novas discussões em torno da desigualdade racial brasileira. No nível acadêmico, o debate em torno do conceito de raça se acendeu, muito em função do questionamento de se a adoção de cotas raciais nas universidades não provocaria a discriminação e a hostilidade racial. A raça, como conceito sociológico, voltou a ser questionada: seria um instrumento fundamental de investigação sobre as desigualdades entre negros e brancos e de combate à discriminação racial, ou seria um pretexto para o acesso da população negra a privilégios indevidos em um contexto caracterizado pela democracia e pela competição meritocrática? O debate sobre preconceito e discriminação racial retornou à ordem do dia, e o conceito de raça mais uma vez foi objeto de discussão.

O conceito de classe – bem como as técnicas para mensurá-la – por sua vez, é repensado diante das consequências dos processos de reestruturação produtiva e do crescimento da participação do setor de serviços na produção da riqueza e na absorção de força de trabalho. A ocupação parece ser, na atualidade, o fator central para a discussão da classe. Entretanto, não há um consenso em torno de sua operacionalização. Além disso, a teoria sociológica tem demonstrado exaustivamente a importância da educação na definição de classes sociais. O mercado de trabalho privilegia, além das características produtivas relacionadas ao desempenho de uma ocupação, características não produtivas, como, por exemplo, a raça. As classes são o conceito nuclear das principais teorias da estratificação social. Entretanto, nessas teorias, não existe um único conceito de classes; ao contrário, há uma enorme controvérsia a respeito de como essa categoria deve ser definida. No sentido mais amplo, entende-se por classes segmentos da sociedade que são ordenados hierarquicamente no que diz respeito às oportunidades de acesso a bens e serviços socialmente valorizados (GRUSKY, 2000). Sendo a estratificação social a estrutura da distribuição de riqueza, poder, privilégios e prestígio entre os indivíduos, as classes revelam

¹ Ver mais sobre a história do Projeto UNESCO no Brasil em Maio (1997).

tais distinções, fundamentando-se, predominantemente no mercado de trabalho – abarcando tanto os fatores que conduzem a uma posição no mercado de trabalho quanto os resultados do desempenho dos indivíduos nesse mercado. A classe reflete as condições de vida de um grupo em função de sua inserção na esfera produtiva e está diretamente relacionada com o poder. Daí que a variável mais utilizada para medir condições de vida e poder é a ocupação. As classes, definidas a partir da ocupação, consistem em estratos que compartilham determinados atributos relativos não apenas à esfera econômica, mas também à esfera política e cultural. Mesmos diante das dificuldades relativas a variação e precisão conceitual, classe permanece sendo um conceito chave para compreender as hierarquias que marcam a relação entre grupos de cor no Brasil.

A questão permanece em aberto, necessitando de uma resposta conceitual. Como os conceitos de “raça” e “classe” têm sido trabalhados? Qual é a relação entre classe, raça e *status*? A desigualdade racial é determinada pela classe ou pela raça? Ou haveria uma interação entre essas variáveis? Como alguns dos trabalhos mais atuais no Brasil tratam a questão?

Revisitando a tradição sociológica de pesquisa sobre a questão racial no Brasil, uma visão panorâmica indica três grandes ondas teóricas após 1940². Todas elas fazem referência a uma condição de origem ou ponto inicial, que é a Abolição da escravidão no Brasil e a consequente situação na qual a população negra passou a se encontrar. Além disso, perpassa os trabalhos das três gerações a preocupação de articular o peso da discriminação racial e da posição de classe nos processos de mobilidade social para a explicação da desigualdade racial. Todos eles compartilham da afirmação de que os negros, no momento em que se despojaram dos grilhões da escravidão, tornando-se indivíduos livres e presumidamente iguais em direitos com relação aos brancos, encontravam-se em um ponto de partida muito inferior e atrasado em relação à maioria dos brancos, dada a origem social vinculada visceralmente à pobreza, à vulnerabilidade e à marginalidade característica da condição de escravo.

A primeira onda teórica, na década de 1940 e 1950, asseverava que o acelerado processo de modernização, marcado pela urbanização e industrialização, proporcionaria um elevado crescimento econômico e geraria oportunidades de ascensão social que se distribuiriam a todos, independente de suas características raciais. A alusão à mestiçagem é recorrente no sentido de ressaltar que, desde a época da colônia, negros e mestiços adentravam as posições sociais mais altas, ainda que alguns com mais dificuldades. Ademais,

² O termo “onda teórica” é utilizado conforme o sentido dado por OSÓRIO (2003) .

a ausência de legislação garantindo uma segregação racial os conduzia a deduzir que não havia barreiras para a ascensão social da população negra. O problema residia na origem social e, dada a proximidade com a Abolição, esse seria um problema impossível de superar em tão pouco tempo (PIERSON, 1945). A proximidade em relação à condição inicial dos negros após a Abolição era suficiente para mantê-los nas classes mais baixas, em uma localização na estrutura social análoga à que ocupavam durante o escravismo. Contudo, inevitavelmente a discriminação racial deixaria de ser compatível com a condição de classe, dada a dinâmica capitalista que a sociedade desenvolveria nas décadas subsequentes, primando pela igualdade e pela liberdade. O crescimento econômico, portanto, seria o impulso para a mobilidade social, constituindo o remédio para a discriminação racial (AZEVEDO, 1996, WAGLEY, 1952).

A segunda onda de explicação das desigualdades raciais, apesar de compartilhar parte da esperança na caminhada em direção à igualdade, como a primeira, rechaçou a afirmação da ausência do preconceito feita pela onda anterior. Reconhecia-se que o preconceito e a discriminação racial existiam e que ambos retardavam – ainda que não impedissem – o processo de ascensão dos negros após a Abolição. O racismo presente no preenchimento das camadas econômicas da sociedade era considerado um arcaísmo e, apesar de apresentar declínio, demonstra uma persistência contundente. Durante as décadas de 1950 e 1960, tendo Florestan Fernandes (1965) como seu maior expoente, essa tentativa de explicação buscou mostrar que o racismo é real e prejudica a população negra brasileira, apesar de estar fadado ao desaparecimento. Esse processo de desaparecimento do racismo demoraria tanto mais demorasse a influência da raça – como arcaísmo – sobre a classe. Essa onda teórica demonstrou que não era possível gerar mobilidade sob o signo da igualdade de oportunidades no Brasil, pois tal igualdade, ou tal democracia racial, inexistia. Entretanto, essa visão era de que o avanço da modernidade era incompatível com situações estamentais típicas do regime escravocrata (CARDOSO e IANNI, 1960).

A terceira onda colocou fim em qualquer resquício de otimismo. Na década de 1970, Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1988, 1999) rejeitaram a tese de que a discriminação racial era um legado do passado e que deveria desaparecer com o avanço do processo de modernização. Isso porque, quase um século após a Abolição, os indicadores sociais ainda demonstravam um padrão de desigualdade entre brancos e negros não muito diferente do período pós-Abolição. A esperança de que a raça e a origem social teriam seu peso na determinação da desigualdade diminuído se esvaiu completamente. Se a desigualdade racial persistia, era porque os mecanismos que geram tal desigualdade se atualizaram e

assumiram uma função na reprodução da estrutura social contemporânea. Se a sociedade estava caminhando para uma configuração cada vez mais dinâmica e móvel, a persistência da desigualdade racial só poderia ser explicada pela persistência dos mecanismos geradores de tal desigualdade na estrutura social atual. A terceira onda demonstrou empiricamente a existência e a persistência da discriminação racial no acesso a oportunidades de mobilidade social (HASENBALG, 1979; HASENBALG e SILVA, 1988; HASENBALG, SILVA e LIMA, 1999).

Aproximações descritivas

Dada a natureza breve desta comunicação, não convém empilhar tabelas descritivas das principais características dos empregadores negros no Brasil. Por isso, evidencio apenas a disparidade na distribuição de brancos e negros nessa posição em relação à composição racial da população, e as disparidades nos rendimentos do trabalho principal entre os cinco grupos de cor autoidentificados na referida pesquisa. No Brasil, pretos e pardos somaram 53%, enquanto brancos somaram 46,3% na PNAD de 2013. Já entre os empregadores, os brancos somam 68,2%, enquanto pretos e pardos somam 30, 2%, conforme mostra a tabela a seguir:

Empregadores(as) por cor ou raça no Brasil

		Frequência	Porcentagem
Cor ou raça	Indígena	4.216	0,1
	Branca	2.471.512	68,2
	Preta	157.117	4,3
	Amarela	50.734	1,4
	Parda	939.155	25,9
	Total	3.622.734	100

Fonte: PNAD 2013
Elaboração própria

Em relação à renda, foi a desigualdade constatada abaixo que motivou a pesquisa em curso. Na tabela a seguir é apresentada a distribuição de renda por cor ou raça, segundo faixas de renda. Como é pequena a porcentagem de empregadores que declaram renda inferior a um salário mínimo, foram destacadas a segunda e a última faixa de renda como exemplos da disparidade entre brancos e negros (pretos e pardos).

Renda dos empregadores(as), segundo a cor ou raça

		FAIXAS DE RENDA* (em reais)							
		1 até 724	725 até 2000	2001 até 4000	4001 até 6000	6001 até 8000	8001 até 10000	10001 ou mais	Total
Cor ou raça	Indígena	694	320	2391	0	0	0	410	3815
		18,20%	8,40%	62,70%	0,00%	0,00%	0,00%	10,70%	100,00%
	Branca	83568	624560	685922	356160	147110	151924	228893	2278137
		3,70%	27,40%	30,10%	15,60%	6,50%	6,70%	10,00%	100,00%
	Preta	14605	67134	39143	15152	4590	4578	4836	150038
		9,70%	44,70%	26,10%	10,10%	3,10%	3,10%	3,20%	100,00%
	Amarela	3158	12537	13258	8416	2652	2682	5374	48077
		6,60%	26,10%	27,60%	17,50%	5,50%	5,60%	11,20%	100,00%
Parda	89173	355085	251371	98451	35052	27684	32917	889733	
	10,00%	39,90%	28,30%	11,10%	3,90%	3,10%	3,70%	100,00%	
Total		191198	1059636	992085	478179	189404	186868	272430	3369800
		5,70%	31,40%	29,40%	14,20%	5,60%	5,50%	8,10%	100,00%

Fonte: PNAD 2013

Elaboração própria

* Foram excluídos os empregadores que declararam renda igual a zero.

A faixa de renda que vai de mais de um salário mínimo até dois mil reais é a que concentra maior número de empregadores (31%). Neste estrato, os brancos estão sub-representados, com 27,4%, enquanto os pardos e, principalmente, os pretos estão sub-representados, com 39,9% e 44,70%, respectivamente. Ou seja, se entre os brancos aproximadamente um quarto dos empregadores se encontram nessa faixa de renda, entre os pretos a quantidade de empregadores nesse grupo se aproxima da metade. Os pardos, por sua vez, ocupam uma posição intermediária entre pretos e brancos, mas próximo dos pretos. Por outro lado, apenas aproximadamente 8% de todos os empregadores auferem rendas superiores a dez mil reais. Contudo, entre estes, os brancos estão sobrerrepresentados, com 10% de seus membros, enquanto os empregadores pretos e pardos não chegam a 4% cada.

Essa disparidade não foi explicada pelos estudos que se debruçam sobre as desigualdades raciais entre os empregados. Mesmo entre aqueles (poucos) pesquisadores que se preocupam em investigar os estratos mais altos da sociedade, ninguém explorou ainda as causas dessa desigualdade. É isto que essa pesquisa pretende fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica caminha para a conclusão, consolidando as hipóteses a serem confrontadas com os dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílio. Após o

desenvolvimento das análises empíricas, segundo os caminhos delineados anteriormente, esperas-se chegar aos seguintes resultados:

1. Conhecer os fatores que estão na base da inserção desigual de trabalhadores brancos e negros no mercado de trabalho, avaliando se houve mudanças na divisão racial do trabalho;
2. Explicitar as mudanças mais fundamentais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, em especial as relacionadas ao setor de serviços;
3. Caracterizar a estrutura sócio-ocupacional brasileira, nas suas mudanças e permanências no referido período;
4. Identificar os fatores que influenciam a desigualdade entre brancos e negros na esfera do trabalho, para além da discriminação racial.
5. Desvendar os mecanismos que reproduzem/desmantelam as desigualdades raciais no trabalho.
6. Contribuir para uma melhor caracterização do setor de serviços, ainda pouco pesquisado pela sociologia do trabalho.
7. Oferecer, a partir dos resultados da pesquisa, novos conhecimentos que possam contribuir para subsidiar políticas públicas que promovam a igualdade racial, a partir de estratégias de reconhecimento e redistribuição.
8. Fortalecer a linha de pesquisa “Trabalho, Emprego e Sindicatos”, bem com o programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás frente ao cenário da pós-graduação no país.
9. Contribuir para o desenvolvimento regional/local, a partir da produção de conhecimentos que possam ser apropriados com vistas ao fortalecimento de instituições sociais, de ações coletivas e de direitos individuais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Introdução. In: Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010, p. 15-48.

ANDREWS, George R. **Blacks and Whites in São Paulo: 1888-1988**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio**. Salvador: EdUFBA, 1996.

BASTIDE, R. e FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo, Anhembi., 1955.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Discriminação racial e resistência na voz dos trabalhadores negros**. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk; 2007.

CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre Negros e Brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTILHO, Bárbara. **Desigualdades raciais na estrutura ocupacional e o acesso às ocupações prestigiadas (2002-2009)**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2011.

CASTRO, Nadya A.. Qualificação, qualidades e classificações. **Educação e sociedade XIV** (45): 211- 224. (1993).

CASTRO, Nadya A.; BARRETO, Vanda S. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998.

CASTRO, Nadya A. Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. In: CASTRO, Nadya A.; BARRETO, Vanda S. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 22-40.

CASTRO, Nadya A. Trabalhadores brancos num mercado negro e negros num mercado branco. In: CASTRO, Nadya A.; BARRETO, Vanda S. **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 178-195.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n.1, 2002, p.35-61.

COSTA PINTO, L. de A. **O negro no Rio de Janeiro: relações sociais em uma sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

FERNANDES, Daniele C.; HELAL, Diogo H. (Orgs). **As cores da desigualdade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Dominus, 1965.

FIGUEIREDO, Ângela. **Classe média negra: Trajetórias e Perfis**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor: Estudo sobre os profissionais liberais de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Cor, classe e *status* nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, 2003, p.93-107.

GRUSKY, D. The past, present, and future of social inequality. In: GRUSKY, David. (Org). **Social stratification: class, race and gender in sociological perspective**. Boulder: Westview, 2001. p.3-51.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social no Brasil**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1999.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (Orgs) **Origens e Destinos: desigualdade sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. IPEA: Texto para discussão nº 807, 2001.

HERINGER, Rosana. **A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Raciais e Étnicos ; IFCS/UFRJ, 1999.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil**. Brasília: Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, 2000.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

LIMA, Márcia. **Serviço de branco, serviço de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos**. – CEBRAP, nº 87, São Paulo, Julho – 2010.

LIMA, Márcia. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. V. 24, N. 2, nov/2012.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v.10, n. esp. 2007, p.37-45.

LOVELL, Peggy. **Racial inequality and the brazilian labor Market**. (PhD) University of Florida, 1989.

MAIO, Marcos C. **A história do projeto UNESCO**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. (Tese de Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES, Solange. Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho: tendências recentes. In: Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010, p.49-100.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*: relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EdUSP, 1998.

OIT. **Discriminações de Gênero e Raça**: elementos estruturantes do padrão de exclusão social no Brasil. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, L. E. G; PORCARO, R> M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

OSÓRIO, Rafael G. **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Brasília: UnB, 2003.

OSÓRIO, Rafael G. **O sistema classificatório de “cor o raça” do IBGE**. IPEA: Textos para discussão nº 996. Brasília, 2003.

OSÓRIO, Rafael G. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. IPEA: Texto para discussão 1033, 2004.

OSÓRIO, Rafael G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (Org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

OSÓRIO, Rafael G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006.** (Tese de Doutorado em Sociologia). Brasília: UnB, 2009.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz. A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. **Raça: novas perspectivas antropológicas.** Salvador: EdUFBA, 2008.

PASTORE, J. e N. V. SILVA (2000) *Mobilidade Social no Brasil.* São Paulo: Makron Books, 2000.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia:** estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

RIBEIRO, Carlos A. C.; SCALON, Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados:** revista de Ciências Sociais. v. 44, n. 1, p.1-54, 2001.

RIBEIRO, Carlos A. C. Raça, classe e mobilidade social no Brasil. **Dados:** revista de Ciências Sociais. v. 49, p. 833-873, 2006.

RIBEIRO, Carlos A. C. **Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil.** Bauru: EDUSC, 2007.

RIBEIRO, Carlos A. C. **Desigualdade de oportunidades no Brasil.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SANTOS, José A. F. “Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil”. *Dados:* revista de Ciências Sociais, v. 1 n. 48, p. 21-63, 2005.

SANTOS, Luiz C. C. Espaço negro e espaço branco na estrutura das ocupações. In; CASTRO, Nadya A.; BARRETO, Vanda S. **Trabalho e desigualdades raciais:** negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Annablume, 1998, p. 95-130..

SANTOS, Neville. **Desigualdade e Identidade no serviço doméstico:** intersecções entre raça, classe e gênero (Dissertação de Mestrado). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2010.

SCALON, Celi. **Mobilidade Social no Brasil:** padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan-IUPERJ-UCM, 1999.

SILVA, Maria N. **O negro no Brasil:** um problema de raça ou de classe? Revista Mediações. Londrina, v. 5, n.2, p. 99-124, jul/dez. 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua Nova.** São Paulo, n. 65, p. 43-69, 2005.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

TILLY, Charles. **Durable Inequality**. Berkeley: University of California Press, 1999.

WAGLEY, Charles. **Race and class in rural Brasil**. Paris: UNESCO, 1952.